

## LEGISLATIVO

# Fé na aprovação de Mendonça

Pelas contas de governistas, pastor evangélico receberá aval do Senado para ocupar vaga aberta no Supremo

» JORGE VASCONCELLOS  
» LUANA PATRIOLINO

## » Outras indicações

O presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), ainda não definiu o dia para a sabatina do ex-advogado-geral da União André Mendonça ao Supremo Tribunal Federal (STF), embora tenha ficado acertado que ocorrerá na semana que vem.

Mesmo antes da sabatina na CCJ, os governistas já fazem as contas para a votação no plenário do Senado. Por esses cálculos, Mendonça terá a indicação ao Supremo confirmada por 51 ou até 55 votos favoráveis, entre o total de 81 senadores.

A indicação de um candidato ao Supremo nunca demorou tanto tempo para ser avaliada. Mendonça foi escolhido pelo presidente Jair Bolsonaro, em julho, para ser seu ministro "terivelmente evangélico" no STF. O ex-AGU é candidato a ocupar a vaga deixada com a aposentadoria do ministro Marco Aurélio Mello. Porém Alcolumbre só agendou nesta semana a apreciação do nome do pastor presbiteriano.

Travando uma guerra fria com o Palácio do Planalto, do qual virou inimigo político, Alcolumbre recebeu pressões até mesmo de aliados, como o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que cogitou levar a indicação de Mendonça diretamente ao plenário da Casa.

Na avaliação de Leonardo Barreto, doutor em ciência política pela Universidade de Brasília (UnB), o presidente da

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado tem 10 sabinas pendentes. Além da avaliação de André Mendonça, o colegiado terá de apreciar uma indicação para o Tribunal Superior do Trabalho (TST), sete para o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e uma para o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Todas devem ser avaliadas no esforço concentrado na Casa, que vai de terça até quinta-feira. O plenário do Senado tem de deliberar sobre 29 nomes, entre os quais 17 indicados a chefiar embaixadas ou representações do Brasil em organismos internacionais.

CCJ trabalhou em causa própria em um movimento de apoderamento da indicação. "A fraqueza não é só do governo. Por que isso está acontecendo? Não por qualidade do indicado. Mendonça tem experiência, ele foi AGU, ele é do ramo. Não é um problema de currículo. É um problema de padrinho", afirmou. "Parece-me que Alcolumbre deseja é ser padrinho do ministro do STF. O senador e um grupo ligado a ele querem apadrinhar, serem os donos da indicação e estão desafiando o presidente Bolsonaro."

Marcos Corrêa/PR



André Mendonça aguarda desde julho ser chamado para a sabatina na CCJ do Senado

Após ceder às pressões e agendar a sabatina de Mendonça, Alcolumbre, com aliados, trabalha num plano B para tentar derrubar a indicação do ex-AGU. O grupo, agora, articula uma estratégia para esvaziar o plenário do Senado no dia da votação.

### Plano B

Embora sustente que não vai desistir do nome de Mendonça, Bolsonaro já trabalha com um plano B, caso o pastor evangélico seja rejeitado. O escolhido

seria o presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Humberto Martins. Outro cotado para o cargo é o ministro João Otávio de Noronha, também do STJ, relator do caso das rachadinhas envolvendo o senador Flávio Bolsonaro (Patriota-RJ). Noronha tem dado decisões favoráveis ao filho do presidente — e é elogiado pelo Planalto.

Para ocupar o Supremo com aliados, Bolsonaro conta com a ajuda do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). Após a proposta de emenda à Constituição (PEC), que reduz

de 75 para 70 anos a idade para aposentadoria compulsória de ministros da Corte, ser aprovada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Lira decidiu dar prioridade a outra medida relacionada ao Supremo. Ele criou, na quarta-feira, uma comissão especial para analisar a PEC que amplia de 65 para 70 anos a idade máxima para nomeação nos tribunais. A proposta pode abrir caminho para que magistrados com boa interlocução com o Planalto sejam indicados para futuras vagas no STF.

## Em defesa do ex-AGU

A indicação do ex-advogado-geral da União André Mendonça ao Supremo Tribunal Federal (STF) foi publicada no Diário Oficial da União de 13 de julho. Ao longo dos últimos quatro meses, senadores cobraram a sabatina ao presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Davi Alcolumbre (DEM-AP).

Entre os que apelaram por Mendonça, está o senador Nelson Trad (PSD-MS). "Ele é uma pessoa qualificada, teve a indicação do presidente da República, vai ser sabatinado na CCJ e apreciado no plenário. O que não podia acontecer era ficar sem ter a sabatina", enfatizou. "Votar a favor, contra ou se abster é do jogo de cada senador. O que a gente batalhou bastante foi para que ele pudesse sair dessa espera."

O senador Alvaro Dias (Podemos-PR) alertou para o acúmulo de apreciações. "Há uma seleção de sabinas que devem ser realizadas. Estamos muito atrasados. Acumulamos. Em função da pandemia, sobretudo. É com bastante atraso, mas superaremos esse impasse na próxima semana. Até a quarta-feira, teremos a sabatina e a deliberação", frisou.

O discurso é o mesmo do senador Wellington Fagundes (PL-MT). "Claro que a prioridade é votar as autoridades. Até porque já está muito represado. Espero que a gente possa dar essa resposta", disse. "Os órgãos precisam funcionar na sua plenitude. (Agência Senado)

**Bradesco Saúde.  
Cuidando de você  
e da sua família.  
Sempre.**

Para empresas a partir de 3 pessoas.

Fale com seu Corretor ou Gerente Bradesco.



Escaneie o QR Code e saiba mais.



**bradesco**  
saúde

Central de Relacionamento: 4004 2700 | 0800 701 2700 | SAC - Serviço de Atendimento ao Consumidor: 0800 727 9966 | SAC - Deficiência Auditiva ou de Fala: 0800 701 2708 | Ouvidoria: 0800 701 7000

ANS - nº 421715

As informações e as imagens contidas neste material são indicativas. Os direitos e as obrigações das partes encontram-se nas Condições Gerais do produto contratado. Todos os serviços estão sujeitos a limites e especificações estabelecidas no contrato. A Bradesco Saúde não comercializa planos individuais. Bradesco Saúde S/A - CNPJ: 92.693.118/0001-60. Lei nº 12.741/12 sobre tributos incidentes. PIS: 0,65%; COFINS: 4,00% e IOF: entre 0% e 7,38%. 'Apurados e recolhidos nos termos da legislação aplicável. Bradesco Saúde Operadora de Planos de Saúde S/A - CNPJ: 15.011.651/0001-54. Lei nº 12.741/12 sobre tributos incidentes. PIS: 0,65%; COFINS: 4,00% e ISS: 2%. 'Apurados e recolhidos nos termos da legislação aplicável.

ANS - nº 005711